



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 38/2012

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ E DO OUTRO A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA., para o fim que nele se declara.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, situada na Av. Desembargador Moreira, 2807, no Bairro Dionísio Torres, em Fortaleza - Ceará, com CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela sua Diretora Geral a Sra. Sávila Maria de Queiroz Magalhães Cunha e, do outro lado a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com CNPJ/MF nº 07.468.050/0001-47, situada na Rua Teodorico Barroso, 230, no Bairro Vila União em Fortaleza/Ceará, neste ato representada por sua Procuradora a Sra. Marinalva Lima Pereira, brasileira, divorciada, administradora, inscrita no CPF sob o nº 367.200.383-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, tendo em vista o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 31/2012, e Processo n.º 05084/2012, tudo em conformidade com o Art. 2º do Ato Deliberativo nº 593, de 23 de fevereiro de 2.005, Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, que ficam fazendo parte deste contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se o presente contrato no Pregão Presencial nº 31/2012-CP e no Processo Administrativo nº 05084/2012, nas condições estabelecidas nas suas cláusulas e na proposta da Contratada, que independentemente de transcrição integram este termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, para atender as necessidades desta Casa Legislativa, em conformidade com o Termo de Referência e demais exigências contidas no Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A CONTRATANTE e a CONTRATADA, vinculam-se ao instrumento convocatório e principalmente ao **TERMO DE REFERÊNCIA**, constante do Anexo I, bem como a proposta formulada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Comprometendo-se as partes à conjugação de recursos físicos, humanos, técnicos e financeiros visando à consecução do objeto deste instrumento, cabendo especialmente:

4.1 - À CONTRATANTE:

4.1.1. A ALECE disponibilizara para a CONTRATADA:

- instalações sanitárias;
- vestiários;



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-87
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464-5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 30 de agosto de 2021
Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito -
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 38/2012

- local para guarda dos saneantes domissanitário, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

4.1.2. O pessoal a ser empregado na prestação de serviço não terá qualquer vínculo empregatício com a ALECE, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos e encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes das relações de trabalho, bem como o cumprimento das convenções, acordos ou dissídios coletivos da categoria e de todos os dispositivos legais pertinentes.

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no contrato;
- b) Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto do Termo de Referência;
- c) Propiciar acesso aos profissionais as suas dependências para execução dos serviços;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado pela Assembleia, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- e) Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, podendo aplicar pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos.
- f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- g) Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, em especial o INSS, FGTS e outros que se fizerem necessários;
- h) Disponibilizar local adequado e seguro para a guarda dos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios, com espaço reservado para vestiário com armários para uso de funcionários;
- i) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- j) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados à seu serviço, para comprovar, registro funcional;
- l) Exigir da contratada **Plano de Férias** de seus funcionários, onze meses após a vigência do contrato;
- m) Solicitar a substituição de qualquer saneante domissanitário, ferramentas, utensílios ou equipamentos cujo uso considere prejudicial à boa conservação de suas instalações ou patrimônio imobilizado, ou ainda que não atendam as exigências deste Termo de Referência.

4.2 - À CONTRATADA:

- 4.2.1. Todos os funcionários da empresa CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados, no ato da execução de quaisquer serviços nas dependências da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ e de seus anexos;
- 4.2.2. A ALECE poderá convocar, em caráter excepcional, os serviços de que tratam o objeto desta licitação, fora da jornada estipulada, caso em que o preço mensal do contrato será majorado apenas no valor correspondente as horas trabalhadas pelos empregados destacados, acrescido de adicionais e encargos obrigatórios, nos termos da legislação pertinente;



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 30 de agosto de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Para os dados do ato em:
seu site: www.4ce.jus.br/portal





Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 38/2012

- 4.2.2.1. O cálculo do valor das horas terá como base o salário dos empregados fixados no edital;
- 4.2.2.2. Convocação extraordinária de serviços será feita, por escrito, pela ALECE, com antecedência mínima de 02 (duas) horas;
- 4.2.2.3. O controle do horário de trabalho no caso de convocação extraordinária e na prestação dos serviços será realizado pela CONTRATADA, com a fiscalização da ALECE;
- 4.2.3. A CONTRATADA se obriga a manter a regularidade junto ao **Ministério do Trabalho e Emprego - MTE**, durante o período da contratação, em relação às normas de saúde e segurança do trabalho, mantendo, inclusive, médico ou engenheiro de segurança em sua empresa que se responsabilizará pela orientação quanto a prevenção de acidentes de trabalho e dimensionamento dos EPI's, podendo a ALECE exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento dessas obrigações;
- 4.2.4. A CONTRATADA deverá obedecer a toda a normatização referente a segurança do trabalho, inclusive as diretrizes estabelecidas por sua **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA**, pela ALECE e demais normas constantes de convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho;
- 4.2.5. Os materiais de limpeza deverão ser de primeira qualidade, observados os padrões indicados no Edital, e os equipamentos com tecnologia avançada, devidamente identificados e mantidos em perfeitas condições de uso, sendo que os danificados deverão ser substituídos em até 24 horas;
- 4.2.6. Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistema de "plugs" compatíveis com as tomadas existentes na ALECE;
- 4.2.7. A ação fiscalizadora da **ALECE** não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas neste edital, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;
- a) Fornecer toda a mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios para perfeita execução dos serviços de limpeza do Edifício Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e de seus anexos e demais atividades correlatas.
- b) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- c) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- d) Manter a disciplina nos locais de serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração desta Casa Legislativa;
- e) Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até no máximo 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- f) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Assembleia Legislativa;
- g) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma metódica e constante, para obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem os serviços objeto desse Termo;



[Handwritten signatures]

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIÃ: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 30 de agosto de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escrivães
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 38/2012

- h) Nomear supervisores com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, permanecendo no local de trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes;
- i) Registrar e controlar, juntamente com a Divisão de Serviços Gerais, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- j) Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades específicas, de forma que os serviços sejam realizados com perfeição. Assim como, respeitar e obedecer todos os contratos em Comodato, firmados pela contratante;
- l) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- m) Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a permanência no local do serviço, por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- n) Fornecer e utilizar na execução dos serviços objeto do contrato, materiais e equipamentos de primeira qualidade, evitando a aplicação de produtos inflamáveis e/ou de fácil combustão, ou que exalem odores fortemente ativos;
- o) Apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividade, informando o número da Identidade de cada um, os respectivos endereços residenciais, número do telefone, acompanhado do comprovante da realização dos exames médicos admissíveis, bem como a comprovação do vínculo empregatício, comunicando imediatamente, qualquer alteração;
- p) Reunir e orientar seus empregados, no início da vigência do contrato, no sentido de orientá-los para a excelência na execução dos serviços, e ainda, alertá-los sobre a não permissão de comercialização de qualquer natureza, bem como exercer qualquer trabalho particular para os funcionários da CONTRATANTE, no horário de serviço, tais como: pagamentos bancários, efetuar jogos em casas lotéricas, entregar ou receber documentos internos ou externos, lavagem de carros ou mandados de qualquer natureza, sem a prévia autorização do Departamento Administrativo, através da Divisão de Serviços Gerais, sob pena do afastamento de suas funções. Esclarecer, ainda, das exigências da CONTRATANTE COMO TAMBÉM DAS NORMAS DA CONTRATADA, para que os mesmos não venham alegar desconhecimento das regras, caso sejam penalizados;
- q) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem no contrato até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial ou atualizado do Contrato, conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93;
- r) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;
- s) Utilizar e manusear adequadamente os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de acordo com as especificações dos fabricantes e normas de segurança;
- t) Repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer objeto da CONTRATANTE danificado ou extraviado por seus empregados;
- u) Manter um "Livro de ocorrências", que ficará sob a guarda da CONTRATANTE, para registro das irregularidades e ocorrências relativas à execução do contrato, o qual será visado pelo servidor da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e pela CONTRATADA;
- v) Corrigir, as suas despesas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção decorrentes de execução irregular, do emprego ou fornecimento de materiais inadequados, ainda que definitivamente recebidos;



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 30 de agosto de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlison L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escrevantes
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Confira os dados do ato em:
selodigital.tce.jus.br/portal





Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 38/2012

x) Efetuar o pagamento dos funcionários igualmente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, independente de qualquer caso fortuito, e não vincular o pagamento dos salários e demais benefícios como auxílio alimentação e transporte à liberação das faturas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. O contrato terá vigência de 12 (Meses) contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por sucessíveis períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do disposto no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666 de 1993 e suas alterações;
- 5.2. O contrato poderá ser repactuado, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou ainda da data da última repactuação, visando à adequação aos novos preços de mercado e a demonstração analítica da variação dos componentes de custos do Contrato, devidamente justificada;
- 5.3. Por interesse da contratante, o valor inicial ou atualizado do Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93;
- 5.4. Os preços dos insumos previstos na planilha de custos, na hipótese de prorrogação deste contrato, poderão sofrer reajuste anual, cujo valor máximo será calculado pela variação acumulada no período do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- 5.5. O reajuste anual, se houver, conta-se a partir da assinatura deste contrato e será formalizado via termo de apostila;
- 5.6. O objeto desta licitação deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, excetuado aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da ALECE, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo;
- 5.7. A subempreitada, cessão ou sublocação de parcela do objeto dessa licitação, somente poderá gerar custos adicionais a serem pagos pela ALECE na hipótese de ampliação do objeto desta licitação, prevista no subitem 17.4 do Edital;
- 5.8.. O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido, em conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O presente Termo Contratual importa no valor global anual de R\$ 3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais), representando o valor mensal de R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais) que será pago, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em duas vias, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, contados da data de aceitação e atesto, realizado pelo setor competente da CONTRATANTE.
- 6.2. Os pagamentos dos serviços somente serão efetuados após a comprovação dos seguintes documentos:
- a) Pagamento dos salários dos empregados da CONTRATADA;
 - b) Relação e folha de pagamento dos empregados, que estiverem efetivamente vinculados ao Contrato;



[Handwritten signatures]

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 30 de agosto de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELQ 3 AUTENTICAÇÃO

Cartório
Moraes
Correia

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arianne L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



Os dados do ato em:
moraescorreia.com.br
moraescorreia.jus.br/portal





Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 38/2012

c) Comprovante do recolhimento das contribuições sociais FGTS, INSS, correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do inciso 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 20/04/95.

6.3. A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA;

6.4. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do Contrato.

6.5. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual; inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para a aquisição dos produtos, objeto deste Termo, serão oriundos do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através da Dotação Orçamentária:

- 01100002011225002820622000033903700010200 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS E DAS SANÇÕES

8.1. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar o instrumento equivalente ao contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o às penalidades legais cabíveis;

8.2. Pela inexecução do objeto do presente certame, serão aplicadas as seguintes multas:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo previsto no, subitem XVI.1. do presente edital;
- b) 0.3% (três décimos por cento) ao dia até o 30º (trigésimo) dia de serviço incompleto ou em atraso, sobre o valor mensal do contrato, acrescido do não pagamento do serviço não realizado;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias.

8.3. O valor da multa aplicada será deduzido pela contratante por ocasião do pagamento a ser efetuado, deduzindo-se do valor empenhado, ou cobrada judicialmente;

8.4. A inexecução total ou parcial do contrato, sem o prévio consentimento da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará ensejará na sua rescisão com as consequências contratuais previstas em lei;

8.5. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente certame, garantida a ampla defesa e o contraditório, ficará a licitante vencedora sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, por período não superior a 05 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que



(Assinaturas manuscritas)

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 30 de agosto de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariane L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escrevente
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 38/2012

seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A Garantia prestada nos termos deste Edital, no valor de R\$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais) será devolvida quando da celebração do Termo de Encerramento Contratual, caso a CONTRATADA não tenha débitos a saldar com a CONTRATANTE. Caso haja prorrogação ou aditamento contratual, a garantia oferecida deverá ser atualizada e/ou complementada;

A garantia prestada poderá ser substituída e/ou complementada, mediante requerimento da CONTRATADA, respeitadas as modalidades previstas no Edital.


CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO


A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO


As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, como o único competente para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, que não forem possíveis serem resolvidas por meios administrativos, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

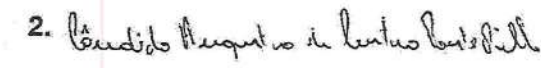
Fortaleza-Ce, 26 de setembro de 2012.


Sônia Maria de Queiroz Magalhães Cunha
Diretora Geral
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
CONTRATANTE


Marina Lima Pereira
Representante Legal
Empresa CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E
REPRESENTAÇÕES LTDA.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF/MF Nº: 908676108-91

2. 
CPF/MF Nº: 053.429.363-02

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.100/0001-07
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3364-6995
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 30 de agosto
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariene L. Rodrigues - () - César Alexandre G. Rodrigues
() - José Jucel A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

PORTARIA Nº453/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº270, de 30 de setembro de 1991, no seu art.1º, inciso XIII, combinado com o art.67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RESOLVE: Art.1º. Designar: **CLÁUDIO HENRIQUE COSTA MARTINS**, matrícula nº000.464, como gestor do Contrato nº38/2012 firmado com a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, referente a Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de limpeza conservação, higienização e jardinagem. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 27 de setembro de 2012.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº31/2009
ESPÉCIE: ADITIVO Nº1 AO CONTRATO Nº01/2007; CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, com CNPJ Nº06.750.525/0001-20; ENDEREÇO: Av. Desembargador Moreira, nº2807; CONTRATADA: **THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº90.347.840/0011-90, situada na Rua Marcondes Pereira, 1065, Dionísio Torres, em Fortaleza-Ceará. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente termo aditivo tem como fundamento o Inciso II do Artigo 57 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993 e Processo Administrativo nº05383/2012, datado de 10.07.2012. **FORO:** Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará; **OBJETO:** Prorrogação do contrato original por mais 12 (doze) meses; **VALOR:** R\$18.240,24 (dezoito mil duzentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01100002.01.122.400.25180.22.339039.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **DA VIGÊNCIA:** De 10 de agosto de 2012 até 09 de agosto de 2013. **DA RATIFICAÇÃO:** As partes contratantes ratificam expressamente todas as cláusulas, termos, condições e mútuas obrigações assumidas e pactuadas no contrato original que ora não foram alterados ou modificados; **DATA DE ASSINATURA:** 06/08/2012; **SIGNATÁRIOS:** Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. Rodrigo Frank de Souza Gomes pela empresa **THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A**. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 26 de setembro de 2012.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº18/2011
ESPÉCIE: ADITIVO Nº2 AO CONTRATO Nº18/2011; CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, com CNPJ Nº06.750.525/0001-20; ENDEREÇO: Av. Desembargador Moreira, nº2807; CONTRATADA: **GLOBAL DIESEL LTDA. EPP**, estabelecida na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Padre Anchieta, nº1270, Bairro - Monte Castelo, inscrita no CNPJ sob o nº04.399.121/0001-09. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente termo aditivo tem como fundamento o inciso II do artigo 57 da Lei nº8.666 de 21 de junho de 1993 e Processos Administrativos nº04492/2012 datado de 14/06/2012, bem como o previsto na Cláusula Quarta do Contrato. **FORO:** Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará; **OBJETO:** Prorrogação do contrato original por mais 12 (doze) meses; **VALOR:** R\$142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), assim distribuídos: **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 011000020112250028206220000339030001020 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; 011000020112250028206220000339030001020 - Material de Consumo. **DA VIGÊNCIA:** De 1º de agosto de 2012 até 31 de julho de 2013. **DA RATIFICAÇÃO:** As partes contratantes ratificam expressamente todas as cláusulas, termos, condições e mútuas obrigações assumidas e pactuadas no contrato original que ora não foram alterados ou modificados; **DATA DE ASSINATURA:** 27/07/2012; **SIGNATÁRIOS:** Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. José Clayton Silva Melo pela empresa **GLOBAL DIESEL LTDA. EPP**. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 27 de setembro de 2012.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº38/2012
CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº2807, Dionísio Torres. CONTRATADA: Empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com CNPJ/MF nº07.468.050/0001-47, situada na Rua Teodorico Barroso, 230, no Bairro Vila União em Fortaleza/Ceará. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, para atender as necessidades desta Casa Legislativa. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Fundamenta-se o presente contrato no Pregão Presencial nº31/2012-CP e no Processo Administrativo nº05084/2012, nas condições estabelecidas nas suas cláusulas e na proposta da Contratada, que independentemente de transcrição. **FORO:** Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. **VIGÊNCIA:** De 26 de setembro de 2012 a 25 de setembro de 2013. **VALOR GLOBAL:** R\$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01100002011225002820622000033903700010200 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. **DATA DA ASSINATURA:** 26 de setembro de 2012. **SIGNATÁRIOS:** SÁVIA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES CUNHA - DIRETORA GERAL, pela Assembleia

Legislativa do Estado do Ceará e a Sra. Marinalva Lima Pereira, pela empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA**. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 27 de setembro de 2012.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

RESULTADO FINAL DE PREGÃO ELETRÔNICO REFERÊNCIA PE 01/2012

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nos termos do art.2º do Ato Deliberativo Nº593, de 23 de fevereiro de 2005, comunica o resultado final do Pregão Eletrônico nº01/2012, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de café em pó superior, capuccino tradicional, capuccino diet, chocolate com leite, adoçante diet, chá mate, açúcar em sachê e açúcar, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em conformidade com o Termo de Referência e demais exigências do Edital. O **LOTE III** foi declarado **FRACASSADO**. A justificativa se deu pelo fato de que não houve proposta válida para o lote. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 25 de setembro de 2012.

Geovânia Sabino Machado Mendes
PREGOEIRA

*** **

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PORTARIA Nº292/2012 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Resolução nº1671/2000-TC, alterada pelas Resoluções nº1922/2007-TC e 3162/2007-TC e pela Resolução Administrativa nº004/2008-TC, atualizada pela Resolução Administrativa nº04/2011-TC, bem como no Processo nº07962/2012-3-TC; RESOLVE designar o servidor **RUBENS CÉZAR PARENTE NOGUEIRA**, Técnico de Controle Externo Ref. 12 matrícula 0097-1, ocupante do cargo comissionado de Diretor da 5ª Inspeção de Controle Externo, símbolo TCE-04, para viajar ao Município de Maracanaú e Aquiraz, no dia 16/09/2012, como forma de dar efetividade ao Acordo de Cooperação com o Ministério Público Federal - MPF no sentido de combater o uso indevido de veículos escolares, concedendo-lhe, para atender as despesas necessárias, 01 (uma) diária no valor de R\$72,00 (setenta e dois reais), devendo o dispêndio correr à conta da dotação orçamentária própria. **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 14 de setembro de 2012.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

*** **

PORTARIA Nº293/2012 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Resolução nº1671/2000-TC, alterada pelas Resoluções nº1922/2007-TC e 3162/2007-TC e pela Resolução Administrativa nº004/2008-TC, atualizada pela Resolução Administrativa nº04/2011-TC, bem como no Processo nº07962/2012-3-TC; RESOLVE designar o servidor **JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA**, Auxiliar de Controle Externo Ref. 19, matrícula 0044-0, para viajar, em objeto de serviço, ao Município de Maracanaú e Aquiraz, pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza, no dia 16/09/2012, conduzindo o veículo **HILUX**, de placas NVB 9129, de propriedade deste Tribunal, arrendando-lhe, para atender as despesas necessárias, 01 (uma) diária no valor de R\$48,00 (quarenta e oito reais), devendo o dispêndio correr à conta da dotação orçamentária própria. **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 14 de setembro de 2012.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

*** **

PORTARIA Nº307/2012 - O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, e no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Resolução nº1671/2000-TC, que disciplinou a concessão de diárias, ajuda de custo e passagens no âmbito do TCE/CE, e as alterações posteriores feitas mediante Resoluções nº1922/2007-TC e nº04/2008-TC, atualizada pela Resolução Administrativa nº04/2011-TC, bem como no Processo nº08373/2012-0-TC; RESOLVE autorizar a servidora **VIVIANE MONT'ALVERNE RODRIGUES**, Técnico de Controle Externo Ref.13, matrícula 0248-6, ocupante do cargo comissionado de Chefe do Núcleo de Recursos Humanos, símbolo TCE-05, para viajar à cidade de Brasília/DF, no período de 24 a 26 de setembro de 2012, a fim de participar do "Workshop sobre Gestão do Clima Organizacional", a ser realizado pelo Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU), concedendo-lhe 03 (três) diárias, no valor unitário de R\$300,00 (trezentos reais), totalizando R\$900,00 (novecentos reais), passagens aéreas para os trechos Fortaleza/Brasília/Fortaleza, devendo a referida despesa correr à conta da dotação orçamentária do PROMOE, mais uma ajuda de custo no valor de R\$200,00 (duzentos reais), à conta da dotação orçamentária própria. **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 24 de setembro de 2012.

Conselheiro Pedro Augusto Timbó Camelo
VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

*** **



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIÃO: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 134111 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 30 de agosto de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Airlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

